

Ata da 244ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS,
ocorrida em ambiente virtual, nos dias 17 a 19 de setembro de 2021,
Gestão 2020-2023, *Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.*

1 Entre os dias dezessete e dezoito de setembro de dois mil e vinte e um, reuniram-se, de modo remoto,
2 através do aplicativo Microsoft Teams, as conselheiras constantes da lista de presença em termo
3 próprio, para participarem da 244ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, conforme convocação,
4 por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 33/2021, de dois de setembro de dois mil e vinte e um.
5 Estiveram presentes à reunião as(o) seguintes conselheiras (o): Maria Elizabeth Santana Borges
6 (Conselheira Presidenta); Maria Rocha (Conselheira Vice-Presidenta); Elaine Pelaez (Conselheira 2ª
7 secretária); Kelly Melatti (Conselheira 1ª Tesoureira); Francieli Piva Borsato (Conselheira 2ª
8 Tesoureira); Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal); Carla Alexandra Pereira (Membra do
9 Conselho Fiscal); Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 1ª Suplente); Emilly Marques
10 (Conselheira 2ª Suplente); Ruth Ribeiro Bittencourt (Conselheira 3ª Suplente); Maria Eunice Ferreira
11 Damasceno Pereira (Conselheira 4ª Suplente); Kênia Augusta Figueiredo (Conselheira 5ª Suplente).
12 Foram registradas as presenças das assessorias especiais Adriane Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite
13 Boga; as assessorias jurídicas Erica Medeiros, Sylvia Terra e Vitor; o assessor de comunicação
14 Rafael Werkema e Diogo Adjuto; o assessor de Gestão Documental Rodrigo Nogueira e o assessor
15 contábil Vilmar Medeiros. Não participaram do Pleno, com as devidas justificativas, as conselheiras:
16 Dácia Cristina Teles Costa (Conselheira 1ª secretária) e Alessandra Dias (Membra do Conselho
17 Fiscal). Cumpre registrar as licenças em curso, conforme seguem expressas e que resultaram em
18 reordenamentos dos cargos, conforme previsto no Estatuto do Conjunto: Daniela Möller
19 (Conselheira 2ª Secretária) licenciada de 3 de junho a 30 de setembro de 2021; Priscilla Cordeiro
20 (Membra do Conselho Fiscal) licenciada de 22 de junho a 19 de outubro de 2021; Agnaldo Knevit
21 (Conselheiro 4ª Suplente) licenciado de 12 de maio a 8 de setembro de 2021 e Dilma Franclin
22 (Conselheira 5ª Suplente) licenciada de 13 de junho a 10 de setembro de 2021. No dia 17 de
23 setembro de dois mil e vinte e um, a partir das 14 horas e 09 minutos, os trabalhos foram abertos pela
24 Presidenta Elizabeth Borges que saudou as pessoas presentes e realizou a leitura da pauta proposta,
25 com as devidas adequações, a qual foi aprovada pelo presente Conselho Pleno. Em seguida, foi
26 apresentada a definição da ordem em que as Comissões apresentarão os seus pontos de pauta e foram
27 também definidas as coordenações dos debates e os devidos turnos. **Em prosseguimento, foram**
28 **lidas e aprovadas as atas das seguintes Reuniões do Conselho Pleno do CFESS: 235ª Reunião**
29 **que ocorreu nos dias 10 a 13 de dezembro de 2020; 237ª Reunião realizada no dia 12 de**
30 **fevereiro de 2021; 240ª reunião realizada no dia 22 de maio de 2021; 242ª Reunião ocorrida no**
31 **dia 31 de julho de 2021; e 243ª Reunião ocorrida entre 19 a 22 de agosto de 2021.** Foi ressaltado
32 que todas as referidas atas devem ser inseridas no Portal da Transparência. Na sequência, foram
33 apresentados os seguintes informes: 1. Adiamiento da votação da Proposta de Emenda Constitucional
34 – PEC 32 e mobilizações em curso; 2. Reprovação pelo Conselho Nacional de Saúde do Relatório
35 Anual de Gestão – RAG 2020 do Ministério Da Saúde; 3. Participação da conselheira presidenta
36 Elizabeth Borges e do assessor jurídico Vitor Alencar na reunião híbrida, em ambiente presencial e
37 virtual, do Fórum Nacional de Conselhos de Profissões Regulamentadas – Conselhão, cujo tema
38 principal foi apresentação da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e os encaminhamentos
39 procedidos pelos vários conselhos, especialmente os relacionados à contratos de serviços e
40 documentos de identificação profissional, entrega de documentos de Imposto de Renda pelos

41 conselheiros e trabalhadores, inscrição de profissionais estrangeiros. Na próxima reunião do
42 Conselho ocorrerá apresentação de funcionário do Arquivo Nacional e participarão a conselheira
43 presidenta Elizabeth Borges, assessor jurídico Vitor Alencar e assessor em gestão documental
44 Rodrigo. Dando seguimento à pauta, foi discutido o fluxo de e-mails no âmbito do CFESS. O Grupo
45 de Trabalho (GT) responsável pela temática informou que realizou várias reuniões e apresentou os
46 resultados do trabalho, com proposição de procedimentos para encaminhamento de e-mails
47 constantes em tabela anexa e sugestão de criação de e-mails para cada comissão. Foram realizadas
48 algumas ponderações pelas assessoras jurídicas, como : necessidade de inserir nos fluxos assuntos
49 referentes a intimação de ações judiciais, requisições do Ministério Público (MP), requisições da
50 autoridade policial; atenção a assuntos referentes aos recursos éticos, que muitas vezes não devem
51 estar inseridos em e-mails para toda a Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH).
52 Encaminhamento: aprovada a criação de e-mails das comissões e recomendada a continuidade do
53 debate sobre os procedimentos operativos das comissões. Dando continuidade à pauta, segue-se à
54 apresentação das discussões e deliberações da Comissão de Seguridade Social. 1. Eleições Conselho
55 Nacional de Saúde (CNS). Realizado informe sobre o processo e calendário eleitoral para eleição de
56 conselheiras/os do CNS. A conselheira do CFESS, Ruth Ribeiro Bittencourt é a representante do
57 segmento de profissionais de saúde na comissão eleitoral, conforme indicação do Fórum Nacional de
58 Entidades Nacionais de Trabalhadores da Saúde (FENTAS) e deliberação do Plenário do CNS.
59 Ainda será definido se a eleição será presencial ou remota, pois não existe possibilidade de ser
60 híbrida. Encaminhamento: a conselheira Ruth Ribeiro Bittencourt encaminhará por email para as
61 conselheiras e coordenadora Sandra os slides e documentos relacionados às inscrições no processo
62 eleitoral do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com vistas à inscrição do CFESS como entidade
63 eleitora e candidata. 2. Residência multiprofissional em saúde. Apresentada proposta de elaboração
64 de brochura sobre residências multiprofissionais em saúde e serviço social, em ação conjunta entre
65 Comissões de Seguridade Social, Comissão de Formação Profissional e Comissão de Orientação e
66 Fiscalização. Realizado informe sobre assinatura do Cfess e de entidades do Fentas em Manifesto
67 sobre residências proposto pelo Fórum de Saúde de Alagoas e professora Valéria Correia. 3. Ações
68 políticas sobre INSS e BPC. Informada a participação da conselheira Lylia Rojas e assessora
69 especial Zenite Bogea como representantes do Cfess em reunião organizada pela assessoria da
70 Senadora Mara Gabrili com o objetivo de articulação da luta por direitos das pessoas com deficiência.
71 Sugerida articulação com outros sujeitos coletivos, a exemplo da REDE IN, Procuradora Aparecida
72 Gurgel, Procurador Sergio Caribé, Izabel Maior, bem como avaliação das possibilidade de Ação
73 Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) para reversão dos danos ocasionados pela Lei nº
74 14.176/2021 às pessoas com deficiência. Informe sobre a participação da conselheira Lylia Rojas e
75 assessora jurídica Érika Medeiros em reunião com o deputado Fabio Félix, o qual reforça a
76 importância de articulação com entidades nacionais, avalia que a conjuntura não seria propícia para
77 proposição de ADIN e sugere audiência pública na Câmara Federal sobre a Lei nº 14.176/2021.
78 Realizados informes sobre sobre o edital de concurso do INSS, que deverá acontecer antes das
79 eleições de 2022. Encaminhamento: Elaboração e coleta de assinaturas para Manifesto articulado
80 pelo Cfess sobre sobre a Lei nº 14.176/2021. Avaliar com a Comissão de Comunicação a
81 possibilidade de dar publicidade no site. Dar continuidade às articulações nacionais para realização
82 da audiência pública na Câmara Federal sobre a Lei na Lei nº 14.176/202. Encaminhamento, pela
83 conselheira Alessandra Dias, de material sobre o referido concurso do INSS para análise da
84 Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). 4. 12ª Conferência Nacional de Assistência Social.
85 Apresentado o andamento da brochura sobre os eixos da conferência, em fase de diagramação pela

86 Comissão de Comunicação. Encaminhamento: O texto de apresentação da brochura será elaborado
87 pelas conselheiras Kelly Mellatti e Elaine Pelaez. 5. Lei 13.935/2019 sobre a inserção de assistentes
88 sociais e psicólogas na educação. Diálogo sobre as articulações que estão acontecendo na maioria
89 dos estados e realização de audiências pública para a implementação da lei. Informado que a
90 conselheira Kenia Figueiredo participará de atividade do fórum dos regionais do norte. Do ponto de
91 vista da Coordenação Nacional para implementação da Lei 13935/2019, ocorreu reunião dia 01/09
92 que tratou sobre um PL que está sendo apresentado questionando as categorias de SS e psicologia no
93 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da
94 Educação (FUNDEB), será elaborada nota técnica para subsidiar parlamentares na contraposição ao
95 PL e orientação aos regionais sobre a questão. Informe sobre a reunião com o Ministério Público do
96 Paraná e a decorrente produção de documento sobre atribuições e competências de assistentes sociais
97 na educação. Sobre o Observatório da Lei da Educação, foi informado o acompanhamento pelas
98 conselheiras Kenia Figueiredo e Eunice Damasceno e assessora Fabrícia, bem como realização de
99 reuniões às terças feiras e articulação com especialistas para contribuir no debate. Encaminhamento:
100 As conselheiras Eunice Damasceno e Kenia Figueiredo irão encaminhar os referidos documentos
101 para leitura das conselheiras e assessoras. Reforçar a proposta de aproximação de profissionais de
102 referências no debate sobre a inserção de assistentes sociais na educação junto ao Observatório,
103 convidando-os para se somarem como uma forma de representação de entidade nesse debate.
104 Reforçar a proposta de mapeamento dos estados sobre o processo de efetivação da lei, das
105 experiências de SS na educação. 6. Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência. Proposição de
106 material que marque essa data, colocando os sujeitos das lutas, incorporando a perspectiva de
107 assistentes sociais e também da população em geral. Contemplar no conteúdo a problematização
108 sobre as disputas no tocante a pauta de direitos de pessoas com deficiência, lembrar das lutas pelo
109 BPC, da expressão do capacitismo nessas políticas, do protagonismo profissional nesse tema
110 presente no cotidiano profissional e dos princípios éticos na eliminação de preconceito e
111 discriminação, luta contra o capacitismo e articulação com movimentos de pessoas com deficiência,
112 defesa de políticas públicas e direitos, princípios e diretrizes da convenção internacional de direitos
113 de pessoas com deficiência. Encaminhamento: convidar pessoas com deficiência, dentre as quais uma
114 criança ou adolescente e uma assistente social. Dialogar com a Comissão de Comunicação sobre o
115 formato da publicação. Em seguida, foi debatida a pauta da Comissão Administrativo-financeiro. 1.
116 Reformulação Orçamentária. Foi contextualizado que a 2ª Reformulação Orçamentária do CFESS –
117 Exercício de 2021, tem como referência o demonstrativo Analítico da Receita e da Despesa, após a
118 primeira reformulação orçamentária. A fonte de recursos utilizada para a 2ª reformulação
119 orçamentária do CFESS teve como parâmetros: previsão de arrecadação na Receita de
120 Transferências Correntes arrecadada a maior (cota parte) no valor de R\$ 1.112.000,00; previsão de
121 arrecadação na Receita de Expedição de Identidade Profissional (DIP) arrecada a maior no valor de
122 R\$ 200.000,00; previsão de arrecadação em Outras Receitas Correntes arrecadadas a maior no valor
123 de R\$ 2.000,00; previsão de arrecadação na Receita Patrimonial (rendimentos de aplicações
124 financeiras) arrecadada no valor de R\$ 160.000,00; total de arrecadação: R\$ 1.474.000,00; valor
125 final da Proposta Orçamentária para 2021; valor previsto de Receita Corrente passou de
126 R\$ 11.438.000,00 para R\$ 12.912.000,00, com um aumento de R\$ 1.474.000,00, correspondente a
127 12,89%; o valor total previsto de Receitas e Despesas para o exercício de 2021 é de
128 R\$ 14.842.000,00. Assim, foi apresentada a justificativa para elaboração da 2ª Reformulação
129 Orçamentária: arrecadação a maior do que a prevista para o exercício de 2021, tendo como base o
130 balancete do mês de agosto de 2021, onde a Receita Corrente arrecadada atingiu 88,99% do valor

131 previsto inicialmente; repasse aos CRESS conforme decisão do Conselho Pleno; as suplementações e
132 reduções ocorridas na receita e na despesa estão discriminadas no quadro geral de reformulações
133 orçamentárias. Pelo exposto, o valor da Proposta Orçamentária para 2021, somadas as Receitas
134 Correntes e de Capital é de R\$ 14.842.000,00 (catorze milhões, oitocentos e quarenta e dois mil
135 reais), conforme detalhamento a seguir: Receita Valor % Receita Corrente R\$ 12.912.000,00,
136 87,00%; Receita de Capital R\$ 1.930.000,00, 13,00%; Total R\$ 14.842.000,00 100,00%; Despesa
137 Valor % Despesa Corrente R\$ 12.912.000,00 87,00%; Despesa de Capital R\$ 1.930.000,00 13,00%
138 Total R\$ 14.842.000,00 100,00%. Encaminhamento: aprovada a 2ª reformulação orçamentária. O
139 Conselho Fiscal apresenta parecer recomendando aprovação da reformulação orçamentária. 2.
140 Apresentação da Manifestação Jurídica nº 53-2021 V - Resolução Anuidades (patamares mínimo e
141 máximo, taxas e emolumentos para o exercício 2022). A cada ano é feita resolução para atualização
142 do quadro na questão do ano vigente, pois os patamares se mantêm em 2022 seguindo os mesmos
143 patamares de 2020 e 2021. Encaminhamento: Aprovada resolução, com publicação no Diário Oficial
144 da União (DOU) e envio aos CRESS por ofício. 3. Informes: a Comissão de Transparência remarcou
145 a reunião com os Cress para o dia 07/10 de 15 às 18h. A pauta do dia foi finalizada com a
146 apresentação e deliberação sobre os convites a seguir: 1. O Coletivo do Serviço Social
147 Anticapacitista convida o Cfess para Encontro dia 21/09/2021 às 19h. Encaminhamento: consultar
148 Dacia segunda opção Beth. 2. O Projeto Pindorama – SP, convida para participação e apoio da 13ª
149 retomada indígena no dia 25 de setembro de 2021 às 14h. Encaminhamento: indicação da
150 conselheira Mauricleia, confirmar participação. 3. A Comissão de Seguridade Social e Família da
151 Câmara dos Deputados convida para audiência pública sobre Índice Nacional de Inclusão dia 21/09
152 às 14h, requerimento do Deputado Federal Alexandre Padilha. Encaminhamento: informar
153 impossibilidade de participação considerando a proximidade do evento. 4. Cress MT – convida para
154 participação em Audiência Pública na Assembleia Legislativa de MT dia 30/09/21 9h sobre a Lei
155 13.935/2019. Encaminhamento: Indicada assessora especial Cristina. Confirmar participação. Assim,
156 foram encerradas as discussões do primeiro dia. Os trabalhos foram reiniciados às nove horas do dia
157 dezoito de setembro de 2021 com a pauta da Comissão de Comunicação. 1. Pesquisa da
158 Comunicação. A conselheira Emilly Marques informou sobre a reunião realizada com a professora
159 Claudiana Tavares e com Marcos Paulo, com a participação da conselheira Kênia Figueiredo e do
160 assessor de comunicação Rafael Werkema. A pauta abrangeu o histórico da Política de Comunicação
161 e a elaboração de proposta de acompanhamento e produção de dados sobre a recepção e o alcance
162 das postagens do CFESS nas redes sociais. Objetiva-se, a partir dos resultados obtidos, conhecer
163 onde chega a informação do CFESS e pensar estratégias de diálogo com a categoria e a sociedade, de
164 modo a ampliar o alcance das produções do CFESS. A próxima reunião da pesquisa está agendada
165 para o dia quatro de outubro de 2021. 2. Série “Assistente Social, explica pra gente!”. Foi explicitada
166 a avaliação de que a série foi bem sucedida e dialoga com assistentes sociais e também com
167 profissionais de outras áreas. Foram propostas algumas temáticas para as próximas produções:
168 “Diferenças entre Serviço Social, Assistência Social e SS na Educação”, proposto conselheiras Kênia
169 e Eunice; “Territorialidade e a Questão Urbana (despejo, espaços públicos, cultura/território)”,
170 proposto pela conselheira Mauricléia Soares. Deliberação: o Conselho Pleno aprovou a continuidade
171 de produção da série e os dois temas acima indicados. 3. Agenda da/o Assistente Social 2022. Foi
172 informado que foram enviados ofícios para todos os Regionais consultando-os sobre a quantidade de
173 agendas que desejam receber. O processo licitatório já foi disparado para avaliação jurídica, com a
174 fixação da quantidade de 10.000 agendas. A listagem de distribuição das agendas está em processo
175 de finalização. 4. Estágio em Comunicação. Foi informado que o processo de seleção e contratação

176 de estagiárias/os em comunicação será realizado através da empresa “Mais estágio” e o processo de
177 seleção de candidatas/os deve ser iniciado em 18 de outubro de 2021. Com relação às condições do
178 estágio, tem-se as seguintes definições pactuadas: pagamento de bolsa no valor de R\$1.000,00 (mil
179 reais); carga horária de trabalho de 20h semanais, no horário de 14h às 18h, tendo em vista o
180 funcionamento do Conselho Federal no período vespertino; seleção de duas estudantes a partir do 3º
181 período do curso; contemplar ação afirmativa, com indicativo de seleção de candidatas mulheres e
182 negras. No que se refere aos perfis sugeridos, aponta-se: a) estagiária para acompanhar e monitorar
183 redes sociais e trabalhar com assessoria de imprensa (sugestão Curso de Comunicação
184 Organizacional/Comunicação Social – Jornalismo); b) estagiária para produzir trabalho gráfico -
185 diagramação, produção de peças gráficas, elaboração de cards (sugestão Curso de Publicidade e
186 Propaganda). Sobre as etapas sugeridas, registra-se: 1) Seleção e Entrevista inicial, de
187 responsabilidade da empresa Mais Estágios; 2) Seleção e Entrevista realizada pelo CFESS, com até 5
188 candidatas para cada perfil solicitado; 3) Produção de texto ou peça gráfica para avaliação pelo
189 CFESS; 4) Seleção Final de estagiárias pelo CFESS. Deliberação: Foram aprovadas as condições de
190 estágio, perfis delineados e etapas sugeridas. Decidiu-se que a coordenadora Sandra Sampe será a
191 fiscal de contrato, considerando que o funcionário jornalista Diogo Adjuto será o supervisor de
192 campo, compõe a Comissão Permanente de Licitação (CPL) e não poderá ser fiscal do contrato. A
193 seleção e entrevista serão realizadas pelo Rafael e Diogo com o acompanhamento da Conselheira
194 Emily. O ponto de pauta abordado a seguir se refere à Plenária Nacional do Conjunto Cfess/Cress
195 2021. A discussão abordou a avaliação e os encaminhamentos da referida Plenária Nacional, com
196 destaque para a resolução dos patamares de anuidades; definições acerca do dia do assistente social e
197 resultados das discussões nos grupos de trabalhos. A Comissão Organizadora informou sobre a
198 realização de uma reunião em 17 de setembro de 2021, em que estiveram presentes as conselheiras
199 Francieli e Mauricléia e as assessoras especiais Cristina, Zenite e Adriane. A conselheira Francieli
200 apresentou a Avaliação da Plenária Nacional de 2021 feita pelos/pelas participantes, com um total de
201 111 respondentes e os seguintes itens: I. Caracterização das/os participantes - Direção (Cress e
202 Seccionais) totaliza 59 e perfaz 54,2%; trabalhadores/as, 32 e 28,8%; Convidados/as, 20 e 18,0%; II.
203 plataforma virtual – conceito Bom por 60 respondentes perfaz 54,1%; Médio 7 e 63%; Ótimo, 44 e
204 39,6%; III. Avaliação sobre as Webmesas. A. Mesa de abertura com tema “Eu sei que vão tentar me
205 destruir, mas vou me reconstruir, vou tá mais forte que antes” A crise é sanitária e societária!
206 Impactos no trabalho, resistência e organização do Serviço Social, considerada bom por 11 pessoas e
207 9,9%, médio por 3 e 2,7%, ótimo por 97 e 87,4%; B. Mesa 1 com tema “Sem essa de preconceito,
208 Nós todos temos o direito de conviver com dignidade”. Ações de enfrentamento ao capacitismo, com
209 conceito bom por 4 pessoas e 3,6%, ótimo por 107 e 96,4%; C. Mesa 2, o tema foi considerado bom
210 por 21 participantes e 19,9%, médio por 2 e 1,8% e ótimo por 88 e 79,3%; D. Mesa 3 “Que destino
211 tem Maria que trabalha, trabalha, trabalha... Mas não tem destino certo?” Expressões da precarização
212 do trabalho e os rebatimentos no Serviço Social, o tema foi considerado bom por 10 respondentes e
213 9%, médio por 1 e 0,9%, ótimo por 100 e 90,1%; Mesa 4 “Nós podemos muito, nós podemos mais...
214 Vamos lá fazer o que será!” Desafios do Conjunto para os próximos anos e diretrizes para
215 priorização, o tema foi conceituado bom por 31 e 27,9%, médio por 3 e 2,7% e ótimo por 77 e 69,4%.
216 A seguir foi apresentada avaliação sobre o desafio de realizar atividade a distancia, na modalidade
217 remota, durante a pandemia de Covid-19. A decisão pela realização de um encontro de
218 monitoramento mais curto e de caráter formativo, na direção do monitoramento/avaliação na
219 perspectiva qualitativa e não apenas quantitativa foi considerada acertada. O aprimoramento da
220 metodologia de monitoramento das ações e deliberações foi apresentado como um desafio que

221 persiste. De maneira geral, a empresa de eventos prestou bem o serviço solicitado e, de forma
222 flexível, atendeu questões emergenciais. Pautar se notificaremos a empresa pelo problema ocorrido
223 no primeiro dia da Plenária, em que o número de acessos à plataforma foi menor do que o contratado.
224 Foi apontado prestação de serviços insuficiente pela empresa de eventos, em específico no primeiro
225 dia de atividades em que o acesso na sala inicial da Plenária tinha previsão de até 1.000 acessos e
226 ficou restrito a 100 acessos. Em decorrência disso, foi proposta a notificação da empresa.
227 Deliberação: decidiu-se pela notificação à empresa de eventos. A Comissão Organizadora apresentou
228 a proposta de estrutura do Relatório da Plenária Nacional do Conjunto Cfess/Cress 2021. A
229 proposição mantém a ordem da programação e inclui: A. apresentação com o conteúdo da fala da
230 conselheira Dacia Teles como abertura do relatório; B. documentos de convocação, ofícios de
231 orientação, documento sobre a condução da Plenária, entre outros; C. indicação do link de
232 transmissão da mesa 1; D. debates, encaminhamentos resumidos, apresentações da mesa de
233 acessibilidade; E. resumo dos indicativos, encaminhamentos e colaborações das Mesas temáticas; F.
234 transcrição e encaminhamentos resumidos das mesas da COFI; G. resumo da mesa de metodologia,
235 exposição da fala da presidenta Elizabeth Borges e principais encaminhamentos; H. Carta da
236 Plenária Nacional CFESS-CRESS 2021; I. Composição e indicativos dos Grupos de Trabalho e
237 Comissões, como Comissão Especial ; Comissão Gestora do Fundo de Apoio; Comissão
238 Organizadora do CBAS com um representante de cada região; GT acessibilidade; GT Inscrição; GT
239 Gestão Documental ; J. Anexos com sínteses das respostas dos CRESS. Deliberação: Aprovada a
240 proposta de estrutura do relatório final, a ser divulgada na página do CFESS e enviado a todos os
241 CRESS. O Relatório será elaborado pelas conselheiras Francieli Borsato e Mauricleia Soares, com
242 prazo até o dia 20 de outubro de 2021 para envio a toda a gestão. A Comissão Organizadora
243 verificará com a CPL a quantidade de horas disponíveis no contrato para avaliar a necessidade para a
244 transcrição de algumas mesas. Envio do documento que trata sobre as prioridades aos Cress com
245 vistas a contribuir com a elaboração do planejamento orçamentário de 2022. A seguir, passou às
246 discussões da Comissão de Ética e Direitos Humanos. 1. Parecer Jurídico 40/21 Assunto: Pedido de
247 desaforamento CFESS nº 09/21 de denúncia ética protocolizada diretamente no CFESS. Arguição de
248 impedimento do CRESS processar e julgar a denúncia. Origem: CRESS 5ª. Região. SIGILOSO.
249 Deliberação: acatado o Parecer Jurídico nº 40/21, determinando o Desaforamento da Denúncia Ética
250 para o Cress da 17ª Região/ ES. Será encaminhada decisão e documentação para o Presidente do
251 CRESS 5ª. Região e para a presidenta do CRESS 17ª/ES para cumprimento da decisão do Cfess,
252 quanto ao processamento regular da denúncia, em seu âmbito de jurisdição, juntamente com cópia da
253 denúncia para cumprimento da decisão do CFESS, quanto ao processamento regular da denúncia, em
254 seu âmbito de jurisdição, juntamente com cópia da denúncia e de todos os documentos que a
255 acompanham; para a denunciante e para os denunciados. 2. Sindicância 01/2021. Foi informado que
256 a Comissão responsável possui vasto material resultante dos trabalhos desenvolvidos até o momento
257 e que o relatório está em fase de organização. Deliberação: A Diretoria Executiva fará contato com a
258 comissão responsável pela sindicância para definição conjunta da data de entrega do Relatório Final.
259 3.Documento para habilitação de AMICUS CURIAE em Ação sobre Adolescentes internados/as em
260 comunidades terapêuticas. A assessora jurídica Sylvia Terra comunicou que teve uma conversa com
261 o Defensor Público sobre a suspensão da liminar e que a audiência pública não apresentou nenhum
262 dado concreto sobre a quantidade de crianças e adolescentes que estão internadas em comunidades
263 terapêuticas. Apresentou a estrutura e os argumentos que serão utilizados no Parecer Jurídico que
264 está em processo de elaboração. Deliberação: O Parecer Jurídico será encaminhado a toda a gestão
265 do CFESS. A conselheira Elaine Pelaez e a assessora especial Zenite Boga dialogarão com a

266 assessora jurídica Sylvia Terra sobre as ações no âmbito do Conselho Nacional de Direitos da
267 Criança e do Adolescente (CONANDA). 4. Proposta de reunião com os Cress para tratar de assuntos
268 relacionados à instrução processual remota. Apresentada proposta de suspensão da Resolução
269 980/2021 sobre o retorno da contagem dos prazos processuais, além dos pontos essenciais a serem
270 pautados durante a reunião com o Cress a ser realizada dia 25 de setembro de 2021. São os seguintes:
271 diferenciação entre a instrução processual remota e o processo eletrônico; diálogo sobre as
272 possibilidades de apoio financeiro do Cfess a cada Cress, considerando condições específicas de
273 cada regional e a capacidade financeira do conselho federal; desafios para a digitalização dos
274 processos que são físicos; aprofundamento da análise sobre o potencial de ferramentas remotas para
275 a ampliação do processo democrático; discussão sobre solução híbrida (presencial /remota).
276 Deliberação: Aprovada a suspensão da Resolução 980/2021 sobre o retorno da contagem dos prazos
277 processuais e a realização da reunião remota com os Cress no dia 25 de setembro. 5. Informe sobre o
278 momento de reflexão e debates do Pleno do Cfess sobre o tema "Depoimento Especial e Escuta
279 Especializada". Explicado que o assistente social Maurílio Matos, anteriormente convidado para
280 tratar sobre o posicionamento em relação ao depoimento especial, informou sua impossibilidade de
281 participação na reunião do Conselho Pleno e propôs que a assistente social Márcia Nogueira seja
282 convidada para a discussão. Proposta de realização da discussão no dia 14 ou no dia 18 de setembro
283 de 2021. Deliberação: aprovado que a assistente social Márcia Nogueira seja convidada e que a
284 discussão ocorra em uma das duas datas acima. 6. Seminário Nacional Serviço Social, Infâncias,
285 Adolescências e Juventudes. Apresentadas novas sugestões de convidadas/os para as mesas
286 simultâneas, conforme a seguir: Escuta especializada e depoimento especial (violências e a lei) -
287 Marcia Nogueira (RJ); Medida socioeducativa e redução da maioria penal - Silvia Tejedades (RS);
288 Infâncias, adolescências, juventudes e a luta lgbtqi+ - Liliane Caetano, substituindo a Ana Miriam;
289 Juventude, território na interface urbano/rural e a proteção social do espaço (acesso a políticas
290 sociais, às tecnologias e mobilidade) - Ailton Krenak, Gilza Souza e Wagner do Amaral. Informado
291 que no dia 27 de setembro de 2021 a Comissão Organizadora realizará reunião com a empresa de
292 eventos. Deliberação: Aprovadas as sugestões de nomes acima indicados. Desse modo, foram
293 finalizadas as discussões do turno da manhã. Os trabalhos retornaram no período da tarde com a
294 pauta da Comissão de Relações Internacionais. 1. Convite ao Cfess para contribuir com a associação
295 profissional de Porto Rico no debate sobre processo de regulamentação da profissão (Projeto
296 Tertúlias). Apresentado o convite e realizada a defesa da participação deste Conselho na perspectiva
297 do fortalecimento do projeto Ético-político profissional. Deliberação: decidiu-se pelo aceite ao
298 convite e organização de tal contribuição através da Comissão de Relações Internacionais – RI
299 ampliada. 2. Informe. Apresentado informe de que o texto sobre a inserção do CFESS nas relações
300 internacionais está em fase de finalização. Informado, ainda, que o referido texto, reunião com a
301 direção da FITS/ALC e a organização do Seminário Latino-Americano proposto pelo CFESS estarão
302 na pauta da próxima reunião da RI ampliada, no dia 06 de outubro de 2021. Passando para as
303 discussões que compõem o quadro de debates da Comissão de Formação Profissional, tem-se como
304 pauta: 1. Fórum Nacional de Trabalho e Formação Profissional. Informada a realização de reunião
305 com os Fóruns Regionais em primeiro de setembro de 2021 e o agendamento da próxima reunião
306 para o dia três de novembro de 2021. Apresentada avaliação positiva sobre a organização regional, o
307 que demonstra que as regiões se organizaram para desenvolver ações no âmbito da formação e do
308 trabalho de forma articulada com representações regionais da Associação Brasileira de Ensino e
309 Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
310 (ENESSO). Foi enfatizada, contudo, que a coordenação nacional permanece extremamente relevante

311 e que foi agendada reunião da coordenação nacional para o dia quatro de outubro de 2021. 2.
312 Residência Multiprofissional em Saúde. Informou-se sobre a Portaria Interministerial nº 7, de
313 16/9/2021, que dispõe sobre a estrutura, a organização e o funcionamento da Comissão Nacional de
314 Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS). Avalia-se um grande retrocesso na medida em
315 que a comissão perde o seu caráter deliberativo e altera substancialmente a sua composição,
316 incluindo a Ebserh na sua representação, com atribuição de seleção de residentes; altera ainda a
317 escolha da representação dos conselhos de profissões da área da saúde. O CNS está em movimento
318 de contraposição a tal medida e pela revogação da Portaria, já tendo divulgado Nota de Repúdio.
319 CFESS tem contribuído nessa movimentação no âmbito do CNS e do FENTAS, além de estabelecer
320 articulação com Fóruns de Residentes, de Tutores e de Preceptores. 3. Brochura Cotidiano
321 Profissional. Apresentada a proposta de conteúdo da publicação, composta por a) falas das
322 professoras Marilda Iamamoto e Ana Elisabete Mota, proferidas em debates realizados durante
323 reuniões de Conselho Pleno do CFESS; b) texto sobre “Supervisão de estágio em tempo de
324 pandemia”, de autoria do CFESS; c) Texto sobre “Teletrabalho e teleperícia: orientações para
325 assistentes sociais”, elaborado pelo CFESS. também será avaliada a pertinência de se fazer alguma
326 adaptação no documento. Proposta que as responsáveis pela revisão do texto da Teletrabalho e
327 Teleperícia sejam as conselheiras Elaine Pelaez e Ruth Bittencourt e a responsável pela revisão do
328 texto sobre Supervisão de estágio seja a conselheira Elizabeth Borges. Deliberação: Acatadas as
329 proposições de conteúdo e de responsáveis pela revisão. Aprovado prazo de conclusão dia 22 de
330 setembro de 2021 para conclusão e encaminhamento para revisão, diagramação e publicação. 4.
331 Estágio de pós-graduação. Contextualizado que a discussão vem sendo realizada em conjunto pelas
332 Comissões de Formação Profissional e Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). Foi lembrado
333 que, como resultado de diversas reuniões e discussões conjuntas realizadas, foi elaborado e aprovado
334 no 243ª Reunião Extraordinária de Conselho Pleno do CFESS Parecer Jurídico nº 07/21-E, de autoria
335 da assessora jurídica Erika Medeiros. Apresentou-se alguns entendimentos das duas comissões sobre
336 a temática: a) a judicialização não é viável, considerando os argumentos levantados e discutidos no
337 Parecer Jurídico 7/21- E; b) o estágio de pós graduação não pode ser considerado como um espaço
338 de formação; c) não fica evidenciado o papel da supervisão em tal atividade; d) As características e
339 condições da atividade levam à exigência de registro e inscrição profissional junto aos Conselhos
340 Regionais. Pelo exposto, foi proposto realizar reunião com os CRESS para atualizar informações e
341 encaminhamentos; dar continuidade ao debate com a ABEPSS e com as entidades da psicologia
342 envolvidas no debate. Acrescentou-se que outras proposições decorrentes de reunião entre as
343 Comissão Formação Profissional e COFI realizada em 15 de setembro de 2021. Eis as proposições: a)
344 encaminhamento do Parecer Jurídico 7/21- E aos CRESS e de pedido de informações atualizadas
345 sobre a existência dessa modalidade de estágio nas suas jurisdições; as demandas que chegam de
346 assistentes sociais; e se há algum encaminhamento pelo Cress e/ ou articulações com outras
347 categorias profissionais, a exemplo da psicologia; b) agendar reunião com os CRESS para dia oito de
348 outubro de 2021, com sugestão de participação de representantes das Comissões de Formação
349 Profissional e de Orientação e Fiscalização de cada regional; c) agendar reunião com a Abepss,
350 sugerindo dia 18 ou dia 19 de outubro de 2021; enviar ofício encaminhando o Parecer Jurídico
351 7/2021 – E. Deliberação: Aprovadas todas as proposições acima apresentadas. Em seguida, passou-
352 se à pauta da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI). 1. Organização da Comissão.
353 Informou-se sobre diálogos relacionados à organização da comissão e ajustes necessários, diante do
354 grande volume de tarefas. Propõe-se que a comissão permaneça sob a coordenação da conselheira
355 Maria Rocha e passe a contar com a conselheira Lylija Rojas no apoio e compartilhamento das tarefas

356 de coordenação. Encaminhamento: aprovada a proposição de coordenação compartilhada entre as
357 referidas conselheiras. 2. Informes. A. Medida Provisória - MPV 1045/2021, que tratava, dentre
358 outras matérias, da criação de “de serviço social voluntário” foi rejeitada pelo Senado Federal; B. o
359 Termo de Cooperação Técnica entre o Cfess e Ministério Público do Trabalho (MTP) foi assinado
360 dia dezessete de setembro do presente ano. 3. Serviço Social no INSS. Informou-se sobre reunião
361 com as assistentes sociais Lucia Lopes, Marinete Moreira e outras assistentes sociais, com o objetivo
362 de ampliar o debate sobre as implicações éticas e técnicas da avaliação social por meio remoto e
363 construir ações que possibilitem a reflexão crítica das assistentes sociais envolvidas no projeto piloto
364 iniciado pelo INSS. A conselheira Kelly Mellatti informa que o tema foi debatido em reunião do
365 Conselho Nacional de Assistência Social com a presença da coordenadora de benefícios assistenciais
366 do Ministério da Cidadania. Deliberação: aprovada a realização de atividade e que a proposta seja
367 elaborada pela Comissão e grupo ampliado com assistentes sociais de base. Aprovada realização de
368 reunião com a assistente social chefe da Divisão de Serviço Social (DSS/INSS) para tratar da
369 avaliação social remota/teleavaliação e dos argumentos expostos nos documentos e manifestações do
370 CFESS e com a assistente social coordenadora do setor de benefícios assistenciais do Ministério da
371 Cidadania. 4. Contratação de assessoria para debate sobre Tecnologias de Informação e
372 Comunicação (TICs). Foi proposta a referida contratação, como forma de efetivar deliberação da
373 Plenária Nacional do conjunto CFESS-CRESS que trata do tema. Objetiva-se alinhar ao debate sobre
374 as expressões da precarização do trabalho, também objeto de deliberação. A contratação de
375 assessoria está prevista no Plano de Metas da Comissão. Ocorreu um diálogo inicial com a assistente
376 social e docente Rosa Predes, que se colocou à disposição para discutir uma indicação de assessoria.
377 Deliberação: o perfil da assessoria será delineado pela Cofi e em seguida serão encaminhados os
378 trâmites de contratação. A pauta do dia dezoito de setembro do presente ano foi finalizada com a
379 indicação da composição do Grupo de Trabalho – GT Inscrição. Deliberação : o Gt será composto
380 pelas representantes do CFESS conselheira Carla Alexandra e assessora Cristina Abreu, pela COFI ;
381 conselheira Ruth Bittencourt, pela Comissão de Formação Profissional ; conselheiras Kelly Mellatti
382 e Dacia Teles, pela Comissão Administrativo-financeiro. No dia dezanove de setembro, às 9 horas e
383 cinco minutos, os trabalhos foram reiniciados com a pauta sobre o 13º Congresso Brasileiro de
384 Assistentes Sociais (CBAS). Informou-se sobre os CRESS indicados pra compor a comissão
385 organizadora (DF, PR, AC, SP, CE) e o agendamento de reunião da Comissão Organizadora para dia
386 29 de setembro. Outro informe se refere à divisão de tarefas para agilizar a organização do evento.
387 Um grupo está responsável por conversar com a empresa Alvo Eventos para agilizar a contratação da
388 parte operacional (sistema de inscrição de participantes e de trabalhos) no valor de R\$68.000,00 e
389 contratação de outros serviços terceirizados, contratos que serão realizados pela ABEPSS. Outro
390 grupo se dedicará à avançar na concepção do Congresso – formato, público, duração, inscrições,
391 trabalhos, temáticas de debates simultâneos, temas das grandes mesas. São apresentadas duas
392 indicações: A. solicitação de estudo/manifestação jurídica e manifestação contábil para verificar a
393 viabilidade de gratuidade do congresso; B. Instalação de um estúdio em Brasília como parte da
394 estrutura do congresso. Deliberação: aprovado estudo/manifestação jurídica e contábil. Em seguida
395 passou-as às pautas da Diretoria Executiva. Foram discutidas, no que tange à Presidência : 1. Grupo
396 de Trabalho Plano de Metas 2022. Discutiui-se a composição de GT e orientou-se a utilização das
397 prioridades aprovadas no Conselho Pleno como referências para a elaboração do Plano de Metas.
398 Deliberação : aprovada a composição do GT pelas conselheiras Carla e Alessandra, assessoras
399 especiais Zenite Bogeia e Adriane Tomazeli, com apoio da conselheira Elizabeth Borges. 2 - Retorno
400 ao trabalho presencial. Indicada a necessidade de constituir GT para avaliação das condições da sede

401 do do conselho federal para um possível retorno às atividades presenciais, acompanhamento das
402 condições sanitárias, garantia dos equipamentos de proteção e demais itens necessários e elaboração
403 de orientação aos conselhos regionais sobre o tema, es específico o funcionamento e organização do
404 atendimento nas áreas registro e inscrição, orientação e fiscalização, processamento ético. Sugestão
405 de composição do GT com uma representação de cada comissão. Deliberação: aprovada a
406 composição do GT com as conselheiras Alessandra Dias (Comissão de Seguridade Social); Lylia
407 Rojas (COFI e Comunicação); Mauricleia Soares (CEDH); Kenia Figueiredo (Formação Profissional
408 e RI). Definida assessora jurídica Erika Medeiros como referência para consultas e manifestações
409 sobre o tema. 3. Comissão Permanente de Trabalho (CPT). Informado que não será necessária
410 recomposição de conselheiras, haja vista a previsão de término da licença da conselheira Daniela
411 Moller nos próximos 30 dias. Outro informe se refere ao lançamento de boletim interno das/os
412 trabalhadoras/es. 4 - Reordenamento de gestão devido à término do período licença. A licença da
413 conselheira Dilma Franklin tinha término previsto para dia oito ou nove de setembro, a conselheira
414 Daniela Moller informou que prorroga a licença por 30 dias, o conselheiro Agnaldo informou que
415 retornará de licença dia vinte e quatro de setembro. Deliberação: publicar portaria de recomposição
416 da gestão após esses encaminhamentos, tais datas. Organização da gestão e avaliação da estratégia de
417 reunião intercomissões. Avaliaram-se os seguintes pontos: ampliação de reuniões e dos
418 desdobramentos de atividades entre os plenos; necessidade de fortalecimento das comissões com
419 instâncias assessoras do pleno; importância de compartilhar as memórias das reuniões de comissões
420 com todo o Conselho Pleno. Deliberação: manutenção das reuniões de comissões antes do pleno;
421 aprimorar os fluxos e reuniões intercomissões; as comissões devem explicitar no plano de metas
422 2022 os projetos/atividades e deliberações que são intercomissões. Seguiram-se os pontos de pauta
423 relacionados à Tesouraria. 1. Condições para a realização de trabalho remoto no CFESS. Informou-
424 se sobre reunião com a CPL para verificação dos motivos e providências cabíveis diante do atraso do
425 processo de entrega dos materiais solicitados. Informado, ainda, sobre o processo de licitação de
426 celulares e modem de acesso a internet que está em curso; os termos de entrega para assinar e
427 devolver ao Cfess; o funcionário de referência no suporte para a instalação de programas nos
428 computadores. 2. Avaliação e cronograma dos Relatórios Trimestrais. Apresentada a compreensão
429 sobre a necessidade de reorganização de cronograma, fluxos e equipe de elaboração do relatório,
430 com suporte de outros trabalhadores. Deliberação: aprovado novo calendário, a seguir: 15/10 –
431 Atualização do documento pelas assessorias; 29/10 – Elaboração do consolidado geral do relatório
432 pelo GT, com a incorporação de um trabalhador do setor financeiro; 05/11 – revisão do relatório
433 pelas conselheiras e encaminhamento para diagramação; 15/11 - Publicação do relatório no site do
434 CFESS. O último ponto de pauta se refere à Distribuição de publicações do CFESS. Deliberação:
435 envio de 2 exemplares das publicações da Campanha Assistentes Sociais no combate ao racismo e
436 Atribuições privativas de assistentes sociais vol.2 para as conselheiras das gestões do CFESS “É de
437 Batalhas que se vive a vida” (2017-2020) e da “Melhor ir à luta, com raça e classe em defesa do
438 serviço social” (2020-2023). Sem mais, no dia dezanove de setembro de 2021 às 11 horas, o
439 Conselho Pleno foi encerrado e eu, a conselheira Elaine Pelaez, lavrei a presente ata, que assino em
440 conjunto com a Presidenta do Conselho.

441 Brasília, 19 de setembro de 2021.

442
443

444 **Maria Elizabeth Santana Borges**
445 Conselheira Presidente

Elaine Junger Pelaez
Conselheira 2ª Secretária